



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1651990 - PR (2020/0014516-6)**

**RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**AGRAVANTE : SANDRA ROSA DE BARROS**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**AGRAVADO : BV FINANCEIRA SA CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**  
**ADVOGADOS : SERGIO SCHULZE - PR031034**  
**HARRY FRIEDRICHSEN JUNIOR - PR064479**

### **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INADMISSIBILIDADE. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ.

1. Ação de busca e apreensão.
2. A ausência de decisão acerca do dispositivo legal indicado como violado impede o conhecimento do recurso especial.
3. A interpretação de cláusulas contratuais e o reexame de fatos e provas são inadmissíveis na via especial.
4. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

### **DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por SANDRA ROSA DE BARROS, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional.

**Agravo em recurso especial interposto em: 26/11/2019**

**Concluso ao gabinete em:**

**Ação:** de busca e apreensão ajuizada por BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, em face da recorrente, em razão do inadimplemento do contrato de financiamento de veículo com cláusula de alienação fiduciária.

**Sentença:** julgou parcialmente procedente os pedidos formulados na petição inicial pela agravada.

**Acórdão:** negou provimento à apelação da recorrente, nos termos da seguinte ementa:

*APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. SENTENÇA PARCIALMENTE PROCEDENTE. PRELIMINAR. CARÊNCIA DE AÇÃO. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. TARIFA DE SERVIÇOS DE TERCEIROS NÃO PACTUADA.*

*- Falta interesse processual à pretensão de revisar encargo contratual não pactuado.*

*JUROS REMUNERATÓRIOS. PRETENDIDA LIMITAÇÃO À TAXA MÉDIA DE MERCADO. NÃO CABIMENTO. TAXA PACTUADA QUE NÃO EXCEDE SUBSTANCIALMENTE A MÉDIA FIXADA PELO BANCO CENTRAL*

*- Se a taxa de juros remuneratórios pactuada no contrato não excede substancialmente a média divulgada pelo Banco Central, não há que se falar em efetiva abusividade, devendo ser preservada a cláusula contratual firmada entre as partes.*

*TARIFA DE REGISTRO DE CONTRATO EXPRESSAMENTE PACTUADA. LEGALIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 1.361, §1º DO CC. SERVIÇO EFETIVAMENTE PRESTADO. VALOR QUE NÃO SE MOSTRA EXCESSIVO. INEXISTÊNCIA DE ABUSIVIDADE. JULGAMENTO DE CASO PARADIGMA PELO STJ EM SEDE DE RECURSO REPETITIVO. RESP Nº 1.578.553/SP.*

*- Segundo a tese adotada pelo STJ, no RESP 1.578.553/SP, é legal o repasse ao consumidor da tarifa de registro de contrato expressamente pactuada, desde que o serviço tenha sido efetivamente prestado e o valor esteja em conformidade à média praticada no mercado.*

*TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO. PAGAMENTO DE 7 PRESTAÇÕES DAS 48 CONTRATADAS.*

*- Para aplicação da teoria do adimplemento substancial é imprescindível que o valor pago chegue tão próximo do valor total devido que não se justifique o rompimento da relação contratual e todas as consequências nefastas advindas desse rompimento, o que não resta caracterizada nos autos.*

*DEVOLUÇÃO DAS PARCELAS ADIMPLIDAS. IMPOSSIBILIDADE. DEVOLUÇÃO DE VALORES SÓ OCORRERÁ CASO O VALOR DO BEM LEILOADO ULTRAPASSE O MONTANTE CORRESPONDENTE À DÍVIDA.*

- O credor deve aplicar o preço da venda do bem no pagamento de seu crédito e das despesas decorrentes e entregar ao devedor o saldo apurado, se houver, com a devida prestação de contas.

*Recurso não provido (e-STJ fls. 425/426)*

**Recurso especial:** alega violação do art. 51, IV e § 1º, III, do CDC, defendendo que os juros remuneratórios cobrados são abusivos por excederem à taxa média de mercado, situação que gera desequilíbrio contratual.

## **RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

- **Julgamento:** aplicação do CPC/2015.

### **- Da ausência de prequestionamento**

O acórdão recorrido não decidiu acerca do art. 51, IV e § 1º, III, do CDC, indicado como violado, não tendo a agravante oposto embargos de declaração com vistas a suprir eventual omissão perpetrada pelo Tribunal de origem, restando ausente o devido prequestionamento. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 282/STF.

### **- Do reexame de fatos e provas e da interpretação de cláusulas contratuais**

No mais, ainda que fosse superado tal óbice, tem-se que alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à abusividade dos juros remuneratórios, exige o reexame de fatos e provas e a interpretação de cláusulas contratuais, o que é vedado em recurso especial pelas Súmulas 5 e 7, ambas do STJ.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 11% sobre o valor da causa (e-STJ fl. 436) para 13%, observada eventual concessão da gratuidade de justiça.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, §

2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora